

# EM DEFESA DO PISO DO MAGISTÉRIO

Por  
valorização!

Pague já!

Piso e lei!



14%  
95  
PARA

MOBILIZAR  
E LUTAR  
PARA  
AVANÇAR!





**Ações do mandato da  
deputada federal  
Professora Luciene  
Cavalcante em defesa  
do pagamento  
do Piso Nacional do  
Magistério**

Professora  
**Luciene-  
Cavalcante**  
Deputada Federal



# AUDIÊNCIA PÚBLICA

**Audiência Pública na Câmara Federal pela Fiscalização do Piso do Magistério realizada em 17/04.**





## PL 961/23

**O PL 961/23 prevê como improbidade administrativa o não pagamento do piso do magistério por prefeitos e governadores e pelo não repasse por parte do governo**





# ABAIXO-ASSINADO

**Abaixo-assinado para pressionar pela aprovação do PL 961/23 que conta com cerca de 18 mil assinaturas**

The screenshot shows a petition page with a purple background. At the top, there are logos for 'Celso GIANNAZI', 'Professora Luciene Cavalcante Deputada Federal', and 'CARLOS GIANNAZI o deputado da educação'. The main heading is 'PISO É LEI!'. Below it, the text reads: 'Apoie o abaixo-assinado pela aprovação do PL 961/23 da deputada federal professora Luciene que caracteriza como improbidade administrativa o não pagamento do piso nacional profissional da educação e saúde.' A progress bar shows '18041 pessoas já assinaram. Ajude-nos a chegar em 17000!'. A button says 'CLIQUE PARA ASSINAR'. At the bottom, there is explanatory text about the national salary floor for education and health professionals, mentioning Federal Laws 11.738/2008 and 14.434/2022, and a statement that despite this, some officials try to circumvent the law. It also mentions that the bill was presented by Professor Luciene Cavalcante in the Federal Chamber.

**PISO É LEI!**

Apoie o abaixo-assinado pela aprovação do PL 961/23 da deputada federal professora Luciene que caracteriza como improbidade administrativa o não pagamento do piso nacional profissional da educação e saúde.

18041 pessoas já assinaram. Ajude-nos a chegar em 17000!

[CLIQUE PARA ASSINAR](#)

O piso nacional salarial dos profissionais da educação e da saúde está previsto pelas Leis Federais 11.738/2008 e 14.434/2022.

Apesar disso, prefeitos e governadoras insistem em burlar a legislação para não garantir esse direito fundamental aos profissionais.

A deputada professora Luciene Cavalcante apresentou na Câmara Federal o PL 961/23 que caracteriza como improbidade administrativa o descumprimento do pagamento do piso profissional nacional, em especial do magistério e da enfermagem, e a punição do governante que se recusar a seguir a lei.



# Instalação do Grupo de Trabalho sobre o Piso na Comissão de Administração e Serviços Públicos





# Aprovada a Caravana do Piso na Comissão de Administração e Serviços Públicos que realizou seminários em São Paulo, Minas e Rio de Janeiro para acompanhar a implementação do piso



São Paulo



Belo Horizonte



Rio de Janeiro



# Rodas de conversa com servidores em diversos municípios do interior de SP, além de reuniões com prefeitos para cobrar a implementação do piso



**Barretos**



**Itápolis**



**Colina**



**Santa Cruz do Rio Pardo**



## Reunião com o ministro Camilo Santana, no Ministério da Educação





## Reunião com Dimas Ramalho, presidente do Tribunal de Contas do Estado



OBSERVATÓRIO DO

# PISO DO MAGISTÉRIO

ACESSE: [bit.ly/observatoriodopiso](https://bit.ly/observatoriodopiso)



**688**  
municípios  
denunciados